



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO
VELHO PODER LEGISLATIVO**

14ª LEGISLATURA - 56ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA SESSÃO ESPECIAL

SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO

REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2025.

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia quinze de outubro de dois mil e vinte e cinco, quarta- feira, realizou-se a **Sessão Especial da Quinquagésima Sexta Sessão Legislativa da Décima Quarta Legislatura** da Câmara Municipal de Porto Velho, no Plenário Bohemundo Álvares Afonso, em sua sede própria, na Rua Belém, nº. 139, Embratel, nesta Capital, Estado de Rondônia, presidida pelo Vereador Gedeão Negreiros, e secretariada pelo Vereador Dr. Breno Mendes. Após cumprimentar os presentes, convidou para tomarem assento à Mesa de autoridades: representando a Secretaria Geral de Governo, Isaque Machado; presidente da comunidade maravilha, Gilmar Garcia de Souza; advogada dos herdeiros do senhor Américo Lopes, a Dra. Valquíria Maia; diretor do Observatório da Cidade, o Dr. Nelson Luiz; Dra. Aline Daiane Ribeiro, defensora pública; presidente de bairro da comunidade terra prometida, Genivaldo da Silva; senhor presidente do bairro do Vila São João, senhor Artur Brasil; corretora de imóveis da CRECI, Alessandra Paiva; advogada da comunidade de cidade Alta, Dra. Juliana Silva; advogado da comunidade de estado, Dr. Iran Castiel. Cumprimentou as demais autoridades e a população presente. Logo após, invocou a proteção de Deus e deu início à Sessão Especial. Posteriormente, convidou a todos para acompanharem, de pé, a execução do Hino do Estado de Rondônia. A seguir, fez-se a leitura da **ORDEM DO DIA**, que tratou de Audiência Pública com finalidade de tratar sobre a situação da **margem esquerda da BR-319 – Terra Prometida**, em atendimento ao Requerimento nº 105/CMPV/2025, de autoria dos Vereadores da Câmara Municipal de Porto Velho. Seguidamente, o presidente da audiência, vereador Gedeão Negreiros, deu início aos trabalhos cumprimentando a mesa diretora, e os vereadores presentes. Em seguida, **a condução dos trabalhos levou à concessão da palavra aos cidadãos e representantes inscritos**; Para fazer uso da palavra o **Dr. Iran Castiel**; O advogado Iran Castiel iniciou sua fala cumprimentando o presidente vereador Gedeão Negreiros, os demais membros da mesa, os representantes da Defensoria Pública, os vereadores e lideranças comunitárias, destacando a presença das comunidades da margem esquerda do rio Madeira, especialmente os moradores da Comunidade Cidade Alta (km 9). Ele explicou que a audiência pública tem como objetivo dar visibilidade à situação das famílias que vivem naquela região, ocupada há anos sem fiscalização adequada do poder público. Ressaltou que o presidente da comunidade, Edivaldo, reassumiu a liderança para tratar das questões legais e sociais que envolvem o local, o qual enfrenta atualmente uma ação judicial de desfazimento do loteamento, já sentenciada e em fase de tramitação em Brasília. Iran Castiel destacou que, embora a questão judicial esteja sendo tratada pelos tribunais, é fundamental considerar o aspecto político e social da situação. Defendeu a criação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) para regularizar e proteger as comunidades da margem esquerda, como Cidade Alta, São João e outras localizadas

entre os quilômetros 5,5 e 17. Em sua exposição, o advogado lembrou que em 2014 foi elaborado um projeto de lei municipal que previa a expansão urbana de Porto Velho até o quilômetro 17 da BR-319. Essa proposta, de autoria do então vereador José Wilds, havia sido vetada pelo ex-prefeito Mauro Nazif, mas o veto foi derrubado pela Câmara Municipal em 2015, tendo como relator o atual prefeito Léo Moraes, que à época já defendia a ampliação da área urbana para aquele lado da cidade. Com base nesse histórico, Iran argumentou que, se o atual prefeito já reconhecia há mais de uma década a necessidade de expandir a cidade, é coerente que agora priorize a regularização das comunidades existentes, especialmente por meio da criação das ZEIS. Ele ressaltou que o direito à moradia é uma garantia constitucional, e que o poder público tem responsabilidade sobre as áreas que permitiu serem ocupadas. Informou ainda que há um requerimento protocolado na SEMUR solicitando a decretação de ZEIS para a Comunidade Cidade Alta, mas destacou a falta de conhecimento do próprio secretário sobre a localização da comunidade, o que reforça a necessidade de maior atenção do município. Por fim, Iran Castiel clamou ao prefeito Léo Moraes para que repita o ato de 2014 e promova a regularização das comunidades da margem esquerda, agora com foco social e humano, garantindo segurança jurídica e dignidade às famílias que há anos residem na região. Para fazer uso da palavra o diretor do Observatório da Cidade, **Nelson Luiz**; Nelson Luiz, iniciou sua fala expressando satisfação pela mobilização das comunidades da margem esquerda do rio Madeira, destacando o papel da audiência pública na busca pelo reconhecimento dessas áreas como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Agradeceu à Câmara Municipal de Porto Velho pelo apoio e fez um agradecimento especial ao vereador Isaac Machado, responsável por tê-lo envolvido nesse trabalho em prol das comunidades. Nelson explicou que o Observatório da Cidade é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, que representa os moradores e foi a entidade que solicitou oficialmente a realização da audiência pública à Câmara. Falou em nome das comunidades São Sebastião, São João 1 e 2, Maravilha, Terra Prometida, Cidade Alta e outras localidades que há décadas abrigam famílias em terrenos considerados irregulares pela lei, mas que, segundo ele, são bairros consolidados e legítimos sob o ponto de vista da justiça social. Destacou que essas comunidades possuem infraestrutura urbana básica, como energia elétrica, transporte, igrejas, comércio e escolas, não havendo motivo para tratá-las de forma diferente dos demais bairros da cidade. Defendeu que o poder público deve reconhecer, integrar e garantir a dignidade dessas famílias, em vez de penalizá-las. Baseando-se na Lei Federal nº 13.465, Nelson explicou que a criação de ZEIS e a Regularização Fundiária Urbana (REURB) podem ocorrer em áreas urbanas ou rurais, públicas ou privadas, independentemente da titularidade do terreno. Enfatizou que o Estatuto da Cidade obriga o Plano Diretor Municipal a abranger todo o território do município, não apenas a zona urbana, e que ignorar essa obrigação configura omissão administrativa e até prevaricação por parte dos gestores públicos. O diretor também lembrou que o direito de propriedade não é absoluto, devendo atender à função social, conforme reconhecem o STJ e o STF. Criticou o fato de a Vila Dnit ter sido transformada em ZEIS de forma inversa ao previsto em lei sendo construída antes de sua decretação e solicitou que a Câmara Municipal notifique o Ministério Público para investigar possível irregularidade administrativa nesse processo. Citou ainda o exemplo da Comunidade Terra Prometida (km 5,5), criada por lei estadual em 2014 para abrigar famílias atingidas pela enchente, e que, apesar de sua origem legal e socialmente legítima, hoje enfrenta uma ação de despejo movida pelo Ministério Público. Considerou essa situação injusta e contrária ao artigo 182 da Constituição, que garante a função social da cidade e da propriedade. Nelson Luiz alertou que a falta de reconhecimento e inclusão dessas comunidades no Plano Diretor as coloca à margem da cidade e da sociedade, transformando seus moradores em “marginais” não por escolha, mas por omissão do poder público. Como encaminhamentos concretos, o diretor

apresentou cinco propostas principais: Criação de uma equipe técnica de apoio com participação da sociedade civil e das comunidades para realizar estudos de enquadramento das áreas consolidadas da margem esquerda como ZEIS, incluindo São Sebastião, São João 1 e 2, Maravilha, Terra Prometida e Cidade Alta. Início imediato do processo de REURB após a conclusão dos estudos, para regularização definitiva das áreas, independentemente da titularidade do solo. Garantia de participação popular das comunidades em todas as etapas do processo de estudo e regularização. Formação de um sistema comunitário de controle social, em que representantes das comunidades atuem em parceria com o poder público para coibir novas ocupações irregulares, informando a prefeitura sobre invasões e ajudando a fiscalizar o território. Formalização de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre comunidade, prefeitura, sociedade civil e, se possível, Caixa Econômica Federal, visando à implantação de infraestrutura e equipamentos públicos, com contrapartida proporcional das famílias conforme sua condição financeira. Por fim, Nelson concluiu afirmando que o pedido das comunidades não é um privilégio, mas um direito, amparado pela lei e pela justiça social. Defendeu que o que falta não é base legal, mas vontade política para aplicar o que já está previsto. Encerrou pedindo coragem aos gestores públicos para fazer o certo e garantir o reconhecimento das comunidades que ajudaram a construir a história de Porto Velho. Para fazer uso da palavra o **Vereador Dr. Santana**; O vereador iniciou sua fala agradecendo a Deus pela oportunidade e cumprimentando todos os presentes. Destacou a relevância do tema da audiência pública, voltado à regularização fundiária e expansão urbana da região do eixo da BR-319, e agradeceu ao presidente da Câmara, vereador Gedeão Negreiros, pelo apoio e pela criação de uma comissão especial voltada à regularização de áreas pertencentes ao Estado. Dr. Santana informou que, atualmente, existem 17 áreas sob domínio estadual, das quais duas já estão em processo de entrega de escrituras públicas, iniciadas nos bairros Núcleo 10 de Junho e Costa e Silva. Explicou que recebeu do governador Marcos Rocha a missão de buscar a regularização de 15 bairros localizados em áreas do Estado, garantindo assim segurança jurídica e dignidade às famílias residentes. O vereador listou as localidades incluídas nesse processo: Pedrinha, Cohab 4, Cohab 5, Pantanal, Universitário, Liberdade, Sebastião 1, Sebastião 2, Mariana, Esperança da Comunidade, Maringá, Cidade Nova 2, São Francisco, São João Bosco e Nacional. Agradeceu novamente ao presidente da Câmara pela abertura da comissão que tratará do tema junto às secretarias SEPAT e SEDEC, reforçando o compromisso conjunto com o governo estadual. Durante sua fala, Dr. Santana relatou também ter recebido em seu gabinete a proprietária da Fazenda Atalaia, situada no quilômetro 13 da BR-319, senhora Aline, que manifestou interesse em doar parte de sua propriedade para a implantação de um galpão de agricultura familiar, um espaço infantil e uma praça modelo. Solicitou o apoio do presidente da Câmara para articular o projeto junto ao prefeito de Porto Velho, a fim de viabilizar a iniciativa. O vereador ainda informou que manteve contato com o Ministério Público, por meio do promotor Dr. Jesualdo, que comunicou a contratação de um instituto de estudos técnicos para avaliar a viabilidade da expansão urbana em um trecho específico da BR-319, e não em toda sua extensão. Segundo Dr. Santana, o projeto inclui a análise da área da Vila Maravilha, onde o Ministério das Cidades já teria sinalizado positivamente para a regularização como ZEIS (Zona Especial de Interesse Social). Encerrando sua fala, o vereador destacou que essa é uma notícia positiva, representando um avanço nas tratativas entre o Ministério Público, o Governo do Estado e o Município, e reafirmou seu compromisso de continuar contribuindo com informações e articulações que favoreçam o processo de regularização fundiária e a valorização das comunidades da margem esquerda e do entorno da BR-319. Para fazer uso da palavra o **Vereador Marcos Combate**; O vereador Marcos Combate iniciou sua fala cumprimentando o presidente Gedeão Negreiros, os vereadores Breno Mendes, Ellis Regina e Dr. Santana, além dos advogados Nelson Luiz, Carina

Maia (representante dos herdeiros), Iran, a Dra. Aline, a defensora pública Daiane e demais presentes. O parlamentar manifestou preocupação com a atuação do Governo do Estado, relatando que foi contratada uma empresa ao custo de aproximadamente R\$ 16 a 17 milhões para realizar o levantamento de regularização fundiária dentro do perímetro urbano de Porto Velho. Segundo ele, esse serviço já é gratuito e oferecido pela SEMUR, o que, em sua avaliação, torna o gasto desnecessário. Marcos Combate afirmou que com o valor gasto seria possível indenizar áreas judicializadas, como as localizadas nos bairros Mariana e Castanheira, tanto na zona sul quanto na zona leste, garantindo dignidade aos moradores e pagadores de impostos. O vereador destacou sua descrença nas promessas do governo estadual em relação à entrega de títulos definitivos de propriedade, especialmente em período eleitoral, embora tenha afirmado torcer para estar errado e que o governo realmente concretize as ações anunciadas. Em seguida, lembrou que a audiência pública foi proposta e aprovada por todos os vereadores no início do ano, e relatou ter visitado o bairro Cidade Alta, onde presenciou as dificuldades enfrentadas pelos moradores, que investiram suas economias e contrataram advogados para defender o direito de propriedade sobre terras adquiridas de boa-fé. O vereador reconheceu que há entraves ambientais envolvendo a área, mas ressaltou que os terrenos já estão desmatados e aptos para uso, sendo necessária apenas a regularização fundiária. Propôs que o perímetro urbano da região da ponte seja ampliado de 5 para 10 quilômetros, permitindo a inclusão dos pequenos produtores e trabalhadores que vivem e dependem da área, garantindo-lhes respeito e dignidade. Marcos Combate defendeu que as audiências públicas resultem em ações efetivas, e sugeriu a realização de uma nova audiência, desta vez com a presença do Ministério Público, por entender que nenhuma liberação por parte da Prefeitura será possível sem a autorização do MP. O vereador reforçou a necessidade de que o promotor ou promotora responsável pela área ambiental visite o local, conheça pessoalmente a realidade dos moradores e participe da construção de soluções conjuntas que assegurem os direitos das famílias. Encerrando sua fala, Marcos Combate reafirmou seu apoio às demandas da população, declarou-se vereador independente, e parabenizou o presidente Gedeão Negreiros pela condução dos trabalhos e pela disposição em liderar um projeto de grande importância social, que, segundo ele, trará dignidade a muitas famílias de Porto Velho. Para fazer uso da palavra advogada dos Herdeiros do senhor Américo, **Dra. Valquíria**; A advogada Valquíria Maia fez uso da palavra para apresentar uma atualização jurídica referente a uma área localizada à margem esquerda da BR-319, cerca de 2,5 km após a travessia do rio Madeira. Ela informou que atua representando os herdeiros do senhor Américo, proprietário de uma área de 100 hectares com escritura registrada desde 1943. Valquíria explicou que a área foi alvo de um processo de usucapião referente a 27 hectares, porém foi aberta indevidamente uma matrícula de 100 hectares. Recentemente, o Tribunal de Justiça proferiu decisão anulando essa matrícula, restabelecendo a situação jurídica anterior, válida desde 2004. A advogada destacou que o caso envolve o Ministério Público e o Poder Judiciário, exigindo atenção especial do Município e das autoridades competentes, para evitar que a regularização fundiária futura beneficie pessoas sem direito legítimo sobre o terreno. Por fim, sugeriu a criação de uma comissão com a participação dos representantes da área dos herdeiros do senhor Américo, colocando-se à disposição para colaborar nas discussões e compor o grupo de trabalho. Para fazer uso da palavra o senhor **Artur Brasil**; Artur Brasil iniciou sua fala cumprimentando a todos e agradecendo às comunidades da BR-319 que se deslocaram até a audiência pública, enfrentando dificuldades, mas demonstrando união e comprometimento. Ele destacou ser morador da Vila São João há 30 anos, nascido e criado na região, e expressou tristeza com a situação fundiária enfrentada pelas comunidades locais, que, mesmo após décadas de ocupação, ainda vivem sob risco de despejo. Artur mencionou que há ações judiciais movidas

pelo Ministério Público, inclusive relacionadas a um projeto de lei de 2014, elaborado sem considerar a existência e a realidade das comunidades já estabelecidas. Ele classificou essa falta de análise técnica como um “absurdo” e agradeceu ao presidente da Câmara por ter recebido os representantes das comunidades e assumido o compromisso de apoiar o debate. O morador também lembrou que as comunidades, como São João, São Sebastião e a quilombola da Vila São João, possuem histórico de ocupação antiga, remontando à época da extração da borracha, e que hoje são injustamente tratadas como invasoras. Artur fez um apelo ao Poder Legislativo, lembrando que os vereadores foram eleitos para representar e fiscalizar em favor do povo, e pediu que não se omitam diante das ameaças de despejo. Por fim, reconheceu a importância da contribuição do Dr. Nelson, que além de apontar o problema, apresentou soluções concretas para a situação. Ele encerrou pedindo o apoio da Câmara Municipal e dos demais vereadores para defender as famílias que vivem há décadas do outro lado da ponte, reafirmando o compromisso da comunidade em continuar lutando por seus direitos. Para fazer uso da palavra **Gilmar** morador e representante da comunidade Maravilha 2; Gilmar, iniciou sua fala cumprimentando os presentes e destacando o respeito e amizade que tem pelo presidente da Câmara, vereador Gedeão Negreiros, e pelos demais parlamentares. Ele explicou que a Comunidade Maravilha 2 está localizada atrás da Vila Dnit, na BR-319, e que os moradores vivem ali há mais de 40 anos, desde antes da formação das comunidades vizinhas, como Vila Dnit e Vila São João. Com emoção, Gilmar relatou a situação de vulnerabilidade e conflito fundiário vivida pelos moradores. Contou que uma antiga posseira da região vendeu uma área para uma empresa do sul do país em 2010, sem que os moradores tivessem conhecimento prévio, o que deu início a uma disputa judicial que já dura 14 anos. Segundo ele, muitas famílias enfrentam ameaças, perseguições e destruição de suas plantações e casas, após decisões judiciais desfavoráveis. Mencionou inclusive o caso recente de uma moradora que teve parte de sua área invadida e destruída durante a noite, o que gerou grande desespero na comunidade. Gilmar fez um apelo emocionado às autoridades e vereadores para que se sensibilizem com a situação das famílias da BR-319, especialmente das comunidades Maravilha, Vila São João e adjacências, que lutam para permanecer nas terras onde nasceram e construíram suas vidas. Por fim, questionou o motivo de comunidades vizinhas, como a Vila Dnit, terem sido beneficiadas por políticas de regularização, enquanto a Maravilha 2 permanece excluída, pedindo atenção e apoio urgente do poder público para garantir dignidade e segurança aos moradores. Para fazer uso da palavra **Edivaldo Alves, morador da cidade Alta**; O senhor Edivaldo Alves, morador da Comunidade Cidade Alta, iniciou sua fala afirmando que a situação enfrentada por sua comunidade é semelhante à das demais da BR-319, destacando que todos lutam pelo direito à moradia. Ele explicou que, no caso específico da Cidade Alta, a área é regular, mas os moradores estão enfrentando problemas relacionados a uma possível desocupação, sob a alegação de que a comunidade estaria instalada em zona rural, embora tenha características urbanas. Edivaldo ressaltou que os moradores adquiriram seus terrenos de boa-fé, construíram suas casas e possuem estrutura no local, contando com o apoio jurídico do Dr. Iran, que vem acompanhando a causa. Ele pediu que o poder público e o judiciário olhem com atenção para a situação da comunidade, evitando que os moradores sejam removidos de forma forçada, o que poderia gerar um grave problema social. Por fim, Edivaldo reforçou que os moradores não querem conflito nem irregularidades, apenas o reconhecimento e a garantia de permanência em suas moradias, onde investiram e construíram suas vidas. Para fazer uso da palavra o **senhor Genivaldo**; O senhor Genivaldo, representante da Comunidade Terra Prometida, iniciou sua fala agradecendo a Deus e às autoridades presentes, citando o trecho bíblico de Romanos 13, que afirma que todas as autoridades são constituídas por Deus. Ele destacou que os moradores das comunidades ao longo da BR-319 estão buscando o direito à

regularização das áreas onde vivem, enfatizando que essa luta representa a defesa de valores fundamentais como família, saúde, educação e dignidade. Genivaldo relatou que muitos moradores vivem em constante insegurança, temendo perder suas casas a qualquer momento por causa de decisões judiciais, e que a situação é agravada pela ausência de serviços públicos básicos como coleta de lixo, posto de saúde e transporte escolar seguro, pois as crianças precisam atravessar a estrada correndo risco de vida. Ele pediu união entre os poderes públicos Câmara de Vereadores, Prefeitura, Governo do Estado, Ministério Público e órgãos como SEPAT e INCRA para formar uma comissão conjunta que realize vistorias nas áreas afetadas e busque uma solução definitiva de regularização. Por fim, Genivaldo reforçou que fala em nome da Comunidade Terra Prometida e de outras associações da BR-319, expressando fé e esperança de que, com o apoio das autoridades, a justiça e o direito à moradia sejam garantidos a todas as famílias. Para fazer uso da palavra **senhor José Rabelo** do bairro São Sebastião; O Sr. José Rabelo, morador do bairro São Sebastião, iniciou sua fala agradecendo a Deus e à oportunidade concedida para discorrer sobre as necessidades de sua comunidade, localizada na margem esquerda do rio Madeira. Ele relatou que, entre 19 e 2010, a área, que pertencia à Arquidiocese de Porto Velho, foi doada de forma mansa e pacífica aos residentes. Desde então, os moradores têm buscado a regularização dos lotes. Contudo, órgãos federais e estaduais têm impedido a regularização, alegando que a área se trata de uma Área de Preservação Permanente (APP). O Sr. José Rabelo mencionou que tomou conhecimento do convite para expor a situação através de um programa de rádio (do "Everton Leoni") e compareceu para apresentar a necessidade de regularização das terras para cada morador de São Sebastião. Informou que a área total é de 201 hectares, dividida em 20 lotes, e que cada lote abriga aproximadamente cinco famílias, totalizando uma população de cerca de 600 pessoas. Por fim, solicitou o apoio dos representantes da Casa para regularizar as terras, destacando que a comunidade é composta por trabalhadores, como pescadores, agricultores e professores. Ele encerrou sua participação reiterando seus agradecimentos à Casa pela oportunidade e a Deus. Para fazer uso da palavra o **Vereador Nilton Souza**; O Vereador Nilton Souza iniciou sua fala cumprimentando o Presidente da Casa, Vereador Gedeão Negreiros, a Mesa, os servidores, a imprensa e todos que acompanhavam a sessão. Em especial, agradeceu a Deus e a presença dos cidadãos na Casa de Leis. Dirigindo-se aos presentes, o vereador afirmou que a busca pela garantia da moradia e a regularização fundiária não se trata de um favor, mas sim de um direito adquirido ao longo do tempo. Ele defendeu que a administração pública, seja municipal ou estadual, tem a obrigação de dar suporte para que pessoas que construíram suas vidas e moram há muitos anos em determinada área possam continuar ali, em vez de serem realocadas para apartamentos, o que mudaria totalmente a realidade de cada um. O Vereador Nilton Souza garantiu seu apoio e voto favorável a "todo e qualquer projeto que venha a beneficiar" a comunidade, afirmando que está "a favor do povo". Além disso, ele defendeu que as audiências públicas sobre comunidades distantes sejam realizadas nos próprios locais, facilitando a participação e permitindo que os vereadores compreendam melhor a realidade dos moradores, o que seria mais fácil do que exigir o deslocamento de todos até a Casa. O vereador aproveitou o momento para pedir ao Vereador Breno Mendes, Líder do Prefeito Léo Moraes na Casa, que leve essa mensagem para a revisão do Plano Diretor, para que as próximas audiências públicas ocorram nas comunidades. Ele encerrou sua fala reforçando seu compromisso com os moradores e convidando-os a acompanhar seu trabalho nas redes sociais. Para fazer uso da palavra a **Vereadora Ellis Regina**; A Vereadora iniciou sua fala cumprimentando o Presidente da Casa, Vereador Gedeão Negreiros, por trazer novamente a demanda da regularização fundiária, e demais membros da Mesa, incluindo o ex-vereador e atual assessor do executivo, Isaque Machado. Ela saudou a comunidade da margem esquerda do Rio Madeira, destacando que acompanha a luta há anos. A

vereadora lembrou que em 2014, durante a gestão do então Prefeito Mauro Nazif, esta Casa aprovou um projeto de lei para estender a área urbana e regularizar a margem esquerda. Na época, houve resistência sob a justificativa de que o município não teria condições de aplicar serviços como saúde e educação na área. O projeto foi vetado pelo Executivo, mas o veto foi derrubado e a lei promulgada. Contudo, houve discussão com o Ministério Público sobre o tema. Em seu quinto mandato, a vereadora reforçou que acredita na existência de vontade política e na colaboração dos órgãos fiscalizadores para resolver a questão, pois se trata de uma necessidade social das pessoas que desbravaram e residem no local. Ela reiterou seu compromisso, mantendo a convicção de que é preciso "dar terra para quem precisa, para quem está lá". A Vereadora Ellis Regina fez uma distinção entre as áreas, mencionando que o Bairro Maravilha (formado após a realocação de famílias da Rua da Balsa devido às enchentes) está em vias de regularização pela Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e Habitação (SEMUR) e já está incluído na programação do PAC para obras de saneamento básico. Ela sugeriu que, para o caso do Maravilha, o Presidente Gedeão Negreiros monte uma comissão com pessoas que possuam conhecimento técnico, como o Sr. Nelson, para discutir a questão diretamente na SEMUR. Em relação aos demais bairros, a vereadora destacou que eles estão dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Madeira, exigindo não apenas um processo nesta Casa, mas também a participação da Assembleia Legislativa. Ela propôs uma articulação conjunta do Poder Executivo (Prefeito Léo Moraes), por meio de seu Líder Breno Mendes, com a Câmara e a Assembleia Legislativa. O objetivo seria a Prefeitura encaminhar um projeto de lei para estender a área urbana e, em seguida, a Assembleia Legislativa retirar esses bairros do perímetro da APA, o que permitiria a regularização e superaria o impedimento legal de APP. Por fim, pediu que o debate envolva o Ministério Público (Promotoria do Meio Ambiente) e a Defensoria Pública para que a solução contemple o aspecto social e a "moradia digna" das famílias, mesmo que a questão seja confrontada com a legalidade ou a inconstitucionalidade. A vereadora encerrou garantindo o apoio e a proteção da Casa à vontade do povo. Para fazer uso da palavra **representante da Secretaria Geral de Governo, Isaque Machado**; O representante da Secretaria Geral de Governo, iniciou seu discurso cumprimentando o Presidente da Câmara, Vereador Gedeão Negreiros, e os Vereadores Ellis Regina, Breno Mendes e Nilton Souza, elogiando o trabalho e a sensibilidade de cada um com as causas sociais. Ele estendeu seus cumprimentos à mesa, incluindo a Defensoria Pública e o advogado presente, e em especial ao Sr. Nelson, por sua dedicação em não desistir da causa das pessoas que precisam da regularização em bairros como Maravilha e São João 1 e 2, e em todas as comunidades que enfrentam "conflitos e indecisões" sobre a moradia. Isaque Machado lembrou seu trabalho e reuniões com a comunidade do outro lado da BR-319 quando era vereador, ressaltando que sempre esteve presente e fez encaminhamentos para o avanço da causa. Ele manifestou satisfação em ver a problemática ser discutida novamente e afirmou que a comunidade veio à Casa com "uma esperança muito grande de resolvê-lo". Por fim, expressou sua confiança de que o atual Prefeito Léo Moraes, que já foi vereador e na época votou pela derrubada do veto do projeto que beneficiava a área, irá "abraçar essa causa" como chefe do Executivo. Ele acredita que, com a união da Câmara, do Ministério Público e da Defensoria Pública, será possível trazer a solução para as famílias. Para fazer uso da palavra **Defensora pública, Dra. Aline Ribeiro**; A Defensora Pública, Dra. Aline Ribeiro, iniciou sua fala agradecendo o convite e destacando a importância da participação da Defensoria Pública em processos que envolvem o interesse de uma comunidade consolidada há muito tempo. Ela explicou que a implementação de uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) e o processo de Regularização Fundiária Urbana (REURB) possuem critérios de legalidade que devem ser cumpridos pelo Poder Público para evitar futuras alegações de ilegalidade e a consequente retirada das famílias. A Dra. Aline detalhou que o

procedimento legal requer a identificação, demarcação e delimitação da área, além da realização de estudos técnicos, topográficos e ambientais (REURB), conforme previsto na legislação. No entanto, ela enfatizou que o papel principal da Defensoria Pública é garantir a participação ativa e social da comunidade em todas as etapas, desde a oitiva, como a que estava ocorrendo, até a efetiva implementação da ZEIS. A Defensora ressaltou que o direito à moradia é constitucionalmente garantido e primordial, e deve ser preservado, especialmente em se tratando de uma ocupação consolidada há mais de 20 anos na margem da BR. Ela concluiu afirmando que a Defensoria Pública acompanhará de perto toda a mobilização e a atuação do Poder Público para que a lei de implementação seja estabelecida de forma legal, justa e justa, alertando que sem o devido processo legal, os órgãos de fiscalização poderão agir. A Defensoria se colocou à disposição para acompanhar o interesse coletivo e atender individualmente aos moradores com dúvidas sobre o procedimento. Para fazer uso da palavra o Secretário da Sessão Vereador **Dr. Breno Mendes**; O Vereador Breno Mendes, Líder do Prefeito Léo Moraes na Câmara e atuando também como advogado, iniciou sua fala reconhecendo a importância das palavras do Presidente Gedeão Negreiros e o esforço da comunidade em sensibilizar o Poder Legislativo. Ele afirmou que todos os 23 vereadores apoiam a causa e que o foco agora são as deliberações e encaminhamentos. O vereador propôs que a solução seja buscada pelo caminho da conciliação e do acordo, semelhante ao que se busca no Judiciário. Ele passou a detalhar os encaminhamentos, com base nas solicitações feitas pelo Sr. Nelson: 1. Criação de Equipe Técnica de Apoio: Foi formalizada a composição da equipe, que inclui: Comunidade e Advogados: Nelson Luiz (Observatório), Genivaldo da Silva, Artur Brasil, Gilmar Garcia, Edivaldo Soares, José Rabelo e Ednalva (Vila São João), Dr. Iran Castiel e Dra. Valquíria (representante do proprietário, Sr. Américo, do Bairro São João). Poder Público e Defensoria: Vereadores Nilton Souza, Gedeão Negreiros, Ellis Regina e Dr. Breno Mendes; e a Defensora Pública, Dra. Aline Ribeiro. Executivo: O Secretário Geral de Governo, Isaque Machado. 2. Outros Encaminhamentos (Solicitados por Dr. Iran Castiel e Sr. Nelson): Agilidade no processo nº 00600400/2025/21, referente à declaração de ZEIS na área da Comunidade Cidade Alta (Km 9 da BR-319), junto à SEMUR. Manifestação da SEMUR e do Ministério Público sobre o deslocamento/desfazimento da comunidade Cidade Alta. Iniciar o processo de REURB. Garantir a participação popular das comunidades em todas as etapas. Formalizar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em lei para garantir algumas situações (entendido como a conciliação do processo). 3. O Desafio Legal e Financeiro: O Vereador Breno Mendes esclareceu que a lei anteriormente promulgada pela Câmara, que buscava a regularização, foi considerada inconstitucional por vício de iniciativa e, portanto, não está mais em vigor. Ele destacou que, apesar do apoio político unânime dos vereadores, o maior desafio é a questão financeira, pois o processo de regularização (criação de REURB, organização da área, indenização a proprietários) exigirá recursos. O vereador alertou que a previsão orçamentária de Porto Velho para o ano (LDO/PPA/LOA) indicava uma frustração de arrecadação de R\$ 200 milhões, o que tornará a questão financeira ainda mais crítica. 4. Apelo à Bancada Federal e Estadual: O vereador fez um apelo para que a comunidade se mobilize e sensibilize a bancada federal (senadores e deputados federais) e os deputados estaduais. Ele ressaltou que novembro é o mês mais importante, pois é quando os parlamentares definem a destinação das emendas de bancada. Ele citou o compromisso do Deputado Federal Maurício Carvalho, coordenador da bancada, em ajudar se a Prefeitura e a Câmara fizerem suas partes. 5. Próximos Passos: O Vereador Breno Mendes informou que o próximo passo será marcar uma reunião para a próxima semana com o secretário da nova Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assuntos Comunitários (SEMDEC), Dr. Raimundo Alencar, e propor uma reunião com o Secretário da SEPAT, Davi. Essas tratativas iniciarão imediatamente, com o tema sendo levado ao Prefeito Léo Moraes ainda no

mesmo dia. **Para o fechamento das falas dos inscritos da Audiência Pública**, houve um breve debate entre o Sr. Nelson e o Vereador Dr. Breno Mendes. **O Sr. Nelson** solicitou a palavra para esclarecer um ponto técnico, discordando da Defensora Pública ao afirmar que o correto é **primeiro a declaração de ZEIS** (Zona Especial de Interesse Social) para o reconhecimento da área, e **depois o processo de REURB** (Regularização Fundiária Urbana), que culminará na entrega do título de propriedade. Em seguida, ele reiterou que a ZEIS é a solução crucial para diversas comunidades: **Cidade Alta**: Necessita da ZEIS para evitar a remoção dos moradores, apesar de ser um loteamento irregular com necessidade de regularização. **Vila São João 1 e 2**: Serão retirados, apesar de terem pagado ao proprietário que agora move uma ação, se a área não for caracterizada como ZEIS. **Maravilha**: Embora esteja em Área de Preservação Permanente (APP), a ZEIS permitiria a permanência dos moradores, passando por um controle ambiental mais eficaz. Ele mencionou o embaraço judicial na área, que envolve terras do Estado, da Prefeitura e de particulares. **Terra Prometida**: As famílias correm risco de remoção, mesmo o Governo do Estado tendo adquirido a área por lei estadual para fins de assentamento. **Km 13**: Moradores que pagaram pelo loteamento irregular serão removidos se a área não for considerada ZEIS. O Sr. Nelson concluiu, afirmando que conversou com promotores do Ministério Público, e o Dr. Jesualdo concorda que a **ZEIS é a única solução** para evitar a saída das famílias. O Vereador Dr. Breno Mendes, então, propôs um passo imediato para agilizar o processo e "ganhar tempo": a comissão recém-formada deve solicitar uma **reunião, mesmo que informal, com o Promotor Dr. Jesualdo** no Ministério Público. O objetivo é levar o Secretário Dr. Alencar (SEMDEC) e o Secretário Davi (SEPAT) para que o Promotor aponte as barreiras jurídicas. O vereador assegurou que, se o problema for de natureza legal (aprovar, revogar ou criar leis), a Câmara encontrará uma solução. Para finalizar, **o Dr. Breno Mendes** confirmou a composição da comissão, incluindo representantes de diversas comunidades (Maria Ednalva da Vila São João, Maria Antônia da Cidade Alta, Genivaldo da Terra Prometida, Nelson do Observatório, Gilmar do Maravilha, Artur Brasil do São João, José Rabelo do São Sebastião), a Defensora Pública, advogados, e os vereadores. Ele pediu a criação de um grupo de WhatsApp fechado para a comissão, a fim de agilizar as comunicações. Para finalizar fez o uso da palavra o **Presidente desta Sessão, Vereador Gedeão Negreiros**; O presidente, vereador Gedeão Negreiros, iniciou sua fala cumprimentando todos os presentes, agradecendo a participação dos representantes, advogados, defensoria pública e demais autoridades, destacando o papel de cada um na defesa dos direitos da população. Em nome do advogado Iran Castiel, o presidente cumprimentou os advogados presentes e, em seguida, a defensora pública Aline Daiane, reconhecendo o trabalho constante da Defensoria Pública na garantia dos direitos dos cidadãos. Também saudou os vereadores Breno Mendes, Ellis Regina, Nilton Souza e Isaac Machado, este último representando a Secretaria Municipal de Habitação. Gedeão reforçou que a Câmara Municipal, composta por 23 vereadores, está comprometida com a defesa da dignidade e dos direitos dos cidadãos, ressaltando que os parlamentares têm a responsabilidade de fiscalizar o Poder Executivo e representar os interesses da população. Durante sua fala, o presidente destacou que, embora a Secretaria de Habitação não estivesse formalmente presente, o vereador Isaac Machado levará todas as deliberações da audiência ao prefeito de Porto Velho. Relembrou ainda que o atual prefeito foi um dos responsáveis pela criação de uma lei que garantiu os direitos da comunidade envolvida e afirmou ter confiança de que o chefe do Executivo manterá o compromisso. Como encaminhamento, o presidente propôs a formação de uma comissão, composta pelos vereadores Breno Mendes, Ellis Regina e Nilton Souza, para acompanhar de perto toda a situação das áreas afetadas, tanto da margem esquerda quanto da margem direita. A comissão também deverá provocar o Ministério Público e buscar a participação da Defensoria Pública e da Assembleia Legislativa, representada pelo presidente Alex Redano, nas discussões

futuras sobre o tema. Gedeão enfatizou que a Câmara não usará a pauta para fins políticos e que seu compromisso é com a honestidade e a transparência. Reafirmou que a Casa Legislativa tem limites de atuação, mas que fará tudo o que estiver ao seu alcance para garantir os direitos dos moradores. Por fim, o presidente destacou que a audiência representa um pontapé inicial para a consolidação das ações em defesa da comunidade, reiterando que a Câmara é a casa do povo e continuará ao lado dos cidadãos na busca por justiça e dignidade. Nada mais havendo a tratar, invocou a proteção de Deus, e encerrou a **Sessão Especial** às onze horas e quarenta e cinco minutos. O inteiro teor da Sessão foi gravado, e os arquivos de áudios, farão parte deste documento. E, para constar, a presente ata, que, aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação.



Assinado por **Francisco Gedeão Bessa Holanda De Negreiros** - - Em: 16/10/2025, 13:04:09